

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 49/XII/2.^a SL

Aos 24 dias do mês de abril de 2013, pelas 10:15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00 Horas

Ordinária

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. **Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Petição n.º 232/XII/2.^a - "Solicitam que a legislação em vigor em matéria de Contratos seja revista no sentido de obrigar a que os mesmos sejam redigidos com tamanho mínimo de letra 11 e espaçamento entre linhas de 1,15." - Relator: Deputado João Oliveira (PCP);**
4. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**
 - **Petição n.º 244/XII/2.^a - "Defender o Futuro" - Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);**
 - **Petição n.º 238/XII/2.^a - " Solicitam que a Assembleia da República institua o dia 5 de fevereiro como o Dia Nacional de Consciencialização para a Alienação Parental" - Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD);**
5. **Apreciação e votação do projeto de parecer sobre a tramitação do Projeto de Lei n.º 142/XII/2.^a - (Iniciativa Legislativa de Cidadãos) - "Lei contra a precariedade" - solicitado pela Comissão de Segurança Social e Trabalho;**
6. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
 - **COM(2013)126 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Preparação das eleições europeias de 2014: reforçar um processo eleitoral democrático e eficaz - Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS);**
 - **C (2013) 1303 - Recomendação da Comissão de 12.3.2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu - Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS);**
7. **Início da nova apreciação na generalidade, nos termos dos artigos 139.º e 146.º do Regimento da Assembleia da República, das seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 115/XII/2.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, aprovada pela Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz;**
 - **Projeto de Lei n.º 333/XII/2.^a (PCP) - Estabelece a rede nacional, o regime de competência, a organização e o funcionamento dos julgados de paz;**
 - **Projeto de Lei n.º 334/XII/2.^a (BE) - Altera a Lei dos Julgados de Paz (primeira alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho);**
8. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 49/XII/2.^a SL

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pelo Kosovo no cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo roteiro para a liberalização dos vistos [COM(2013)66]	Deliberado não escrutinar
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece regras para a vigilância das fronteiras marítimas externas no contexto da cooperação operacional coordenada pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia [COM(2013)197]	Relatora nomeada: Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Painel da Justiça na UE: Um instrumento para promover uma justiça efetiva e o crescimento económico [COM(2013)160]	Relator nomeado: Deputado João Lobo (PSD)

Tendo sido adiado o 3.º ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) apresentou o seu relatório final sobre a [Petição n.º 244/XII/2.^a - "Defender o Futuro"](#), tendo intervindo no debate que se seguiu os Senhores Deputados Teresa Anjinho (CDS/PP), Hugo Velosa (PSD), Cecília Honório (BE), Ricardo Rodrigues (PS) e Paula Cardoso (PSD), após o que o parecer do relatório final foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV.

Em seguida, a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) apresentou o seu relatório final sobre a [Petição n.º 238/XII/2.^a](#), da iniciativa de 1100 cidadãos, que "*Solicitam que a Assembleia da República institua o dia 5 de fevereiro como o Dia Nacional de Consciencialização para a Alienação Parental*", tendo intervindo no debate que se seguiu os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Teresa Anjinho (CDS/PP), Isabel Alves Moreira (PS) e Ricardo Rodrigues (PS), após o que o relatório final foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV, tendo sido deliberado promover um conjunto de audições sobre a plena parentalidade e o superior interesse da criança, no qual se poderá abordar também a questão específica da alienação parental, que



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 49/XII/2.^a SL

possam habilitar a Comissão com informação que sustente uma eventual iniciativa conjunta sobre a matéria.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o parecer sobre a tramitação do [Projeto de Lei n.º 142/XII/2.^a](#) - (Iniciativa Legislativa de Cidadãos) - "*Lei contra a precariedade*", solicitado pela Comissão de Segurança Social e Trabalho, tendo os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS) e Ricardo Rodrigues (PS) manifestado a sua discordância relativamente ao 2.º ponto do parecer, no sentido de que a competência para a apreciação de propostas de alteração ao Código de Processo do Trabalho, no âmbito do processo legislativo do Projeto de Lei n.º 142/XII, não é da Comissão de Assuntos Constitucionais mas da Comissão de Segurança Social e Trabalho, porque apenas as leis processuais conexas com matérias substantivas da competência da Comissão de Assuntos Constitucionais são nesta tramitadas.

Submetidas a votação, a 1.^a parte do parecer foi aprovada por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV e a 2.^a parte aprovada com votos a favor do PSD, CDS/PP e BE e contra do PS, na ausência do PCP e do PEV. Os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues (PS) e Luís Pita Ameixa (PS) contestaram o entendimento subjacente à 2.^a parte do parecer, por entenderem ser necessária uma visão unitária sobre o procedimento nos tribunais.

O Senhor Presidente lembrou que não existia suporte legal nem regimental para essa asserção, uma vez que o documento definidor de competências excluía expressamente os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores da competência da 1.^a Comissão, sendo certo que as leis processuais que permitem exercer tais garantias fazem parte desse núcleo. Sugeriu que o Grupo Parlamentar do PS propusesse um documento de alteração das competências das comissões para que a questão pudesse ser suscitada em Conferência de Presidentes.

Em seguida, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) apresentou os seus relatórios acerca das iniciativas europeias COM(2013)126 - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Preparação das eleições europeias de 2014: reforçar um processo eleitoral democrático e eficaz* e C (2013) 1303 - *Recomendação da*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 49/XII/2.^a SL

Comissão de 12.3.2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu, que foram aprovados por unanimidade, nas ausências do PCP e do PEV.

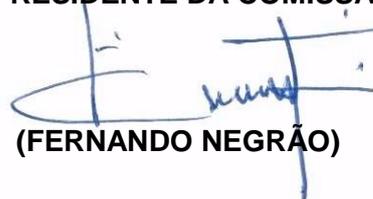
Tendo sido adiado o 7.º ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD) lembrou que havia sido divulgado o relatório do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura do Conselho da Europa, que resultou da 6.ª visita periódica realizada em fevereiro de 2012 a Portugal, parecendo, portanto, oportuno solicitar à Senhora Ministra da Justiça o envio do documento à Comissão.

A Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) secundou o pedido e anunciou a entrega, pelo Grupo Parlamentar do PS, de um requerimento para a promoção da monitorização da aplicação das leis penais recentemente aprovadas, tendo o Senhor Presidente recordado a existência de um grupo de trabalho para acompanhamento da aplicação das leis sobre corrupção e declarado que agendaria para uma próxima reunião da Comissão uma apreciação acerca de tal trabalho e da eventual realização de audições sobre o tema. Lembrou, a este propósito, a disponibilidade manifestada pelo Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção para uma audição na Comissão

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de abril de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 08-05-2013



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 49/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto
João Oliveira
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira